

24 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça acata denúncia de improbidade contra ex-prefeito de Assaí e mais 13

Segundo MP, prefeitura pagou R\$ 1,09 milhão  
acima do previsto a empresa de saúde  
que atuava no hospital municipal

*Defesa do ex-prefeito afirma que  
serviços foram prestados e que  
população de Assaí "é grata até hoje"*

Vitor Struck

Reportagem Local

O juiz Alexandre Afonso Knakewicz, da Vara de Fazenda Pública de Assaí (Região Metropolitana de Londrina), aceitou denúncia de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público contra o ex-prefeito do município, Michel Angelo Bomtempo, o Tuti Bomtempo (MDB), agentes públicos e proprietários de uma empresa que prestava serviços no Hospital Municipal de Assaí. Ao todo, 14 pessoas e a empresa, o Instituto Pró-Vida, foram denunciadas.

Segundo o MP, a contratação da empresa, em 2005, já apresentou suspeitas de direcionamento, uma vez que mesmo antes do fim processo licitatório ela já anunciava o seu endereço como o local

onde está o Hospital Municipal. Mas o mais grave, segundo a denúncia, foi o recebimento de valores pela prefeitura por serviços não prestados de oftalmologia.

O contrato firmado em 2005 entre a Prefeitura de Assaí e a empresa de saúde previa o pagamento total de R\$ 864 mil mediante repasses mensais de R\$ 72 mil. Entretanto, de acordo com a denúncia, foram repassados R\$ 1,09 milhão acima do previsto, de modo que teriam sido realizadas cobranças por serviços que são cobertos pelo SUS. Além disso, que o custo dos serviços de urologia estariam supervalorizados em relação aos de cardiologia, neurologia, ginecologia, ortopedia e oftalmologia. À época, o MP também requereu a indisponibilidade dos bens dos acusados.

## DEFESA

De acordo com a defesa do ex-prefeito, o advogado Maurício Carneiro, esta medida já era esperada e é recebida com muita tranquilidade. "Nós não temos nenhuma preocupação com relação a isso, o serviço foi prestado e a população de Assaí é grata por isso. Sabemos que depois da comprovação dos fatos o nosso cliente vai ser inocentado da ação", afirma.

No entanto, o Ministério Público sustenta que o ex-prefeito, o secretário de Saúde e os demais membros da Comissão de Avaliação dos serviços de saúde tinham consciência de que os serviços de oftalmologia não estavam sendo prestados por falta de profissional. E mesmo assim autorizaram os pagamentos.

**CONTINUA**

24 JAN 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

“Isso porque uma vez apresentados documentos que são contraditórios entre si, e tendo sido a Comissão criada justamente com o fim de avaliar e fiscalizar os serviços prestados pelo Instituto Pró-Vida, e acompanhar a regularidade da prestação e dos pagamentos, tendo havido menção expressa à não prestação dos serviços de oftalmologia, não há razoabilidade em ter havido aprovação dos pagamentos de especialidade médica que não estava sendo prestada e que, por conseguinte, não poderia estar inclusa no relatório enviado, e, justamente por isso, deveria impedir a quitação pretendida pelo Instituto Pró-Vida”, afirma o magistrado.

De acordo com o advogado Maurício Carneiro as audiências onde os réus poderão ser ouvidos ainda não foram agendadas. A reportagem não conseguiu localizar a defesa do Instituto Pró-Vida.

24 JAN 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Defesa garante que Francisconi não descumpriu medida cautelar

Vitor Struck  
*Reportagem local*

O prefeito afastado de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Luiz Francisconi Neto (PSDB), compareceu na tarde dessa quarta-feira (23) à Vara Criminal do município para prestar esclarecimentos ao juiz Alberto José Ludovico. O magistrado havia concedido 48 horas para Francisconi se apresentar após a Comissão Processante que o investiga na Câmara Municipal ter notificado o juízo do não comparecimento do prefeito afastado em pelo menos três oportunidades.

De acordo com o advogado de defesa, Lucas Zanotti, Francisconi não descumpriu a medida cautelar imposta pelo Tribunal de Justiça do Paraná, uma vez que o tucano está impedido de se ausentar sem autorização prévia da Justiça da Comarca de Londrina, que engloba os municípios da região.

“No entendimento da Câmara Municipal de Rolândia, que foi quem o denunciou, seria apenas da cidade de Rolândia. Mas, na realidade ele não descumpriu a medida cautelar, porque ele poderia fazer pequenas viagens sim”, afirma Zanotti.

O advogado diz, também, que foram apresentados comprovantes como atestados médicos e outros documentos que asseguram a permanência do prefeito, réu da Operação Patrocínio do Ministério Público, na comarca de Londrina.

Luiz Francisconi Neto está afastado do cargo desde setembro e, ao lado de outros agentes públicos e empresários, responde a uma ação civil pública apresentada pelo Gepatria (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa).

24 JAN 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Morte de Teori: caso encerrado**

O Ministério Público Federal em Angra dos Reis (RJ) pediu o arquivamento da investigação do acidente com a aeronave que transportava o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, em janeiro de 2017, ao tentar aterrissar em Paraty, na costa verde do estado. As informações são da Agência Brasil. A conclusão está em consonância com a das investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão vinculado ao Comando da Aeronáutica.

### **"Não houve homicídio"**

A avaliação do procurador da República Igor Miranda, responsável pelas investigações, é de que "as provas forenses, os depoimentos prestados e análise do voo da aeronave no dia 19 de janeiro de 2017 afastam qualquer indício de materialidade de crime de homicídio, seja doloso ou mesmo culposo". Diante desta constatação, "a ausência de elementos mínimos acerca da existência da materialidade delitiva indicam o arquivamento da investigação", concluiu o procurador.

24 JAN 2019

## FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

### **Governo quer mesmo acabar com a Justiça do Trabalho**

A prioridade é a reforma da Previdência, mas o governo trabalha para viabilizar a extinção da Justiça do Trabalho, “justiça jabuticaba” que não existe em qualquer país desenvolvido. Aos olhos do governo, virou um monstro que devora dinheiro público e afugenta investidores geradores de empregos. Ações raramente são julgadas improcedentes: juízes ativistas preferem “distribuir renda”, tomando dinheiro do “rico”, mesmo uma dona de casa de classe média, em vez de fazer justiça à luz da Lei.

### **Virou justiça**

Aparelhada por vários ativistas nas diversas instâncias, parte da Justiça do Trabalho tem sido acusada de promover “justiçamentos” abusivos.

### **Empregos se mandam**

A Justiça do Trabalho tem afugentado grandes empregadores. O Brasil somava 97% das demandas do Citibank no mundo. O banco foi embora.

### **Ministros pedem extinção**

Defendem a Justiça do Trabalho quem vive dela, como advogados, mas até ministros do Tribunal Superior do Trabalho já pedem sua extinção.

### **Morte por inanição**

No governo, há quem defenda a extinção “natural”, com a modernização da legislação. Mas isso atrasaria o crescimento sobretudo do emprego.

24 JAN 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## STF recebe delação de ex-presidente da OAS que implica Lula

**Brasília** - O gabinete do ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), recebeu acordo de delação premiada assinado pelo ex-presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, com a PGR (Procuradoria-Geral da República).

Nos depoimentos, o empresário acusa políticos, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de recebimento de propinas e de doações de campanha por meio de caixa dois.

Fachin vai avaliar na volta do recesso da corte, a partir de 1º de fevereiro, se homologa (valida) a colaboração. Só depois disso, os relatos poderão integrar inquéritos e ações penais.

O desfecho da negociação se dá após mais de dois anos de idas e vindas. Em 2016, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, suspendeu as tratativas com o empreiteiro após vazamento de informações que constariam da colaboração. Desde então, a defesa dele tentava uma repactuação com os investigadores para evitar punições mais severas nas condenações da Lava Jato.

Léo Pinheiro está preso na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, em decorrência das investigações da operação. A delação foi firmada com a PGR por envolver políticos com foro especial nos tribunais superiores.

Segundo pessoa com acesso ao caso, ouvida pela reportagem, entre os citados na colaboração também há integrantes do Judiciário.

O empreiteiro também confirmou que a OAS fez obras no triplex do Guarujá e no sítio de Atibaia, em favor do ex-presidente Lula, como contrapartida a contratos obtidos na Petrobras. O valor gasto, segundo ele, estava no pacote de supostas propinas pagas pela empreiteira ao PT.

Diferentemente do que ocorreu com a Odebrecht, cujos 78 executivos firmaram uma superdelação, a PGR vem negociando acordos de integrantes da OAS separadamente.

Em 2017, os investigadores remeteram ao Supremo as colaborações de oito integrantes da empresa ao Supremo, mas a de Léo Pinheiro permaneceu em negociação. Procurados pela reportagem nesta quarta (23), a defesa de Léo Pinheiro, a OAS, a PGR e o Supremo não se pronunciaram.

# TRIBUNA DO PARANÁ 24 JAN 2019

# REFERÊNCIA

# JURÍDICA

Camila Abrão e Giorgio Dal Molin  
Gazeta do Povo

**N**a primeira posição na lista para substituir o ex-juiz Sergio Moro à frente dos processos da Operação Lava Jato, o juiz federal Luiz Antônio Bonat, da 21.ª Vara Federal de Curitiba, está praticamente garantido na vaga: só sai se quiser. O critério utilizado é o da antiguidade de atuação, e Bonat está há mais tempo na magistratura do que seus concorrentes.

Ele se candidatou na noite de segunda-feira (21), último dia das inscrições para a seleção. Nos bastidores do meio judicial, há quem encare sua candidatura como uma surpresa. Mas garante: a 13.ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato, estará em boas mãos, se a nomeação for confirmada.

“Ninguém comentava o nome dele, foi uma surpresa. Mas o jurisdicionado e a imprensa podem ficar tranquilos: é muito competente, sério e dedicado. E não faz nada com a intenção de aparecer”, diz a juíza federal Vera Lúcia Feil Ponciano, da 6.ª Vara Civil de Curitiba.

“O doutor Bonat é quem está há mais tempo, mas transita entre todos os juízes de forma muito natural, entre novos e antigos. É muito respeitado por todos, e é de uma ‘calma budista’. Em 20 anos que o conheço, nunca o vi minimamente alterado”, afirma Anderson Furlan, da 5.ª Vara Tributária Federal de Maringá.



Neste momento, a comparação de Luiz Bonat com Sergio Moro é inevitável. “Ele [Bonat] é considerado linha-dura, mas é uma pessoa justa e sensata. Não é um carrasco. É muito parecido (com Sergio Moro) pela competência e por não se expor demais”, pondera a magistrada Vera Ponciano, ao descrever quem é o novo juiz da Lava Jato.

Furlan concorda e o define em uma palavra: seriedade. “Ambos são magistrados de poucas palavras. Em rodas de eventos, eles mais ouvem do que falam. Fazem comentários pontuais e têm essa característica de ouvir. São introspectivos e com raciocínio aguçado”, avalia.

Formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, Luiz Antônio Bonat concluiu a graduação em 1979. Aprovado no 3.º concurso para juiz federal substituto, em 1993, posteriormente atuou como

*De conduta irrepreensível, juiz que deve substituir Sergio Moro no comando dos processos da Lava Jato é considerado justo e sensato.*

titular em instâncias como a 1.ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (PR), a 3.ª Vara Criminal Federal de Curitiba (PR) e a 1.ª Vara Federal de Criciúma (SC). Ele vinha atuando no TRF-4 com convocações para julgamentos da área previdenciária.

Em 1996, Vera Lúcia Ponciano assumiu como sucessora de Bonat a 1.ª Vara de Competência Plena de Foz de Iguaçu e pôde acompanhar de perto o trabalho do juiz, por assumir as causas da região - que incluíam a esfera civil e criminal. “Havia casos com corrupção de servidores públicos, tráfico internacional de drogas. Ele sempre foi muito correto e prudente”, recorda.

Ambos os magistrados estão otimistas com a provável nomeação. “Pelo fato de ser o juiz mais antigo, o doutor Bonat já recusou promoção para desembargador. Agora terá esse trabalho hercúleo: sairá da área previdenciária para tratar casos trabalhados por advogados renomados, com as mais brilhantes estratégias.

**CONTINUA**

# TRIBUNADO PARANÁ

## CONTINUAÇÃO

24 JAN 2019

Mas vai se preparar, e esse é um indício do caráter dele. Irá fazer um trabalho magnífico e, também como o Sergio Moro, não estará ali para agradar A?ou B. Vai julgar conforme as leis, as provas e seu sentimento de justiça”, avalia o juiz Furlan.

“Espero que haja uma continuidade do trabalho do Sergio Moro, sempre com seriedade e dedicação. E o Bonat tem essa competência demonstrada. A experiência na área criminal é um diferencial, pois em Foz [o trabalho] foi bem pesado”, completa a magistrada Vera Ponciano.

Em suas poucas aparições públicas, deu entrevista à TV da Justiça Federal do Paraná, em vídeo comemorativo dos 45 anos do órgão, em 2013. “Eu colocaria a Justiça Federal como parte de minha família”, disse.

### **Colega de turma polêmico**

Em 2015, Bonat fez parte da 5.ª Turma, do TRF-4, especializada em direito previdenciário, como juiz federal convocado. Entre os desembargadores que também atuaram na mesma turma estavam Paulo Afonso Brum Vaz e Rogério Favreto.

Durante um plantão, em 2018, Favreto ficou conhecido por ter mandado soltar o ex-presidente Lula, preso em Curitiba. Após um vaivém de decisões, João Pedro Gebran Neto, relator da Lava Jato na Corte revogou a decisão e o presidente do TRF-4, Thompson Flores, cassou a liminar de Favreto e manteve a prisão de Lula. Enquanto não acontece a nomeação do novo juiz da Lava Jato, a juíza substituta Gabriela Hardt segue a condução interina dos processos na 13.ª Vara Federal de Curitiba.



24 JAN 2019

METRO

## Suspeitos no caso Daniel têm liberdade negada

O Tribunal de Justiça do Paraná negou uma liminar que pedia a liberdade de dois suspeitos de envolvimento na morte do jogador Daniel Corrêa Freitas. Ygor King, de 19 anos, e David William Vollerero Silva, 18, são suspeitos de ajudar o comerciante Edison Brittes Junior, 38, a matar o jogador após uma sessão de espancamento.

O mérito do pedido de habeas corpus será julgado pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça em até duas semanas, estima o advogado Rodrigo Fauz Pereira e Silva, que defende Ygor e David. Eles foram denunciados pelo Ministério Público do Paraná pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver.



Daniel foi espancado e teve o pênis decepado | CURITIBA/DIVULGAÇÃO

“A prisão deles é desnecessária. Os elementos colhidos pela polícia mostram que o Edison foi o responsável direto pelo homicídio”, disse o advogado.

Daniel foi morto no dia 27 de outubro de 2018, de-

pois de participar da festa aniversário de Alana, filha de Edison. O corpo foi encontrado em uma região de mata em São José dos Pinhais. Alana e a mulher de Edison, Cristiana, também estão presas. **METRO CURITIBA**

## Caso Mugiatti. Justiça ouve quatro testemunhas

Quatro testemunhas de acusação foram ouvidas ontem na audiência de instrução do processo da morte da fisiculturista Renata Mugiatti, no Juizado da Violência Doméstica Contra a Mulher, em Curitiba. Ela morreu em setembro de 2015, ao cair do 31º andar de um prédio no centro de Curitiba. Três pessoas são réis no processo: Raphael Suss Marques, que era namorado de Renata, e dois médicos legistas, suspeitos de fraudarem o laudo que atestou que a fisiculturista cometeu suicídio. Marques pediu dispensa e não acompanhou a audiência de ontem. Uma nova audiência será realizada no dia 14 de fevereiro. **METRO CURITIBA**

24 JAN 2019

## METRO

### **MPF. Morte de Zavascki foi acidental, conclui laudo**

O MPF (Ministério Público Federal) pediu o arquivamento da investigação criminal sobre o acidente de avião que matou o ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), em 19 janeiro de 2017.

A aeronave, que decolou do Campo de Marte, em São Paulo, caiu no mar de Paraty, ao tentar pousar no aeródromo da cidade. Os laudos concluíram que a queda foi um acidente. Segundo peritos, o avião estava em perfeito estado e com a documentação em dia. Mas a visibilidade era baixa para o pouso.

Ⓢ BAND

24 JAN 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AROLDO MURÁ

# Promotora investiga casos de "rachid" na Assembleia

Só na próxima semana, talvez no meio dela, a promotora Daniela Thomé, do Ministério Público do Paraná (MP), vai responder às muitas indagações que a imprensa local tenta lhe fazer, sobre suas declarações ao Estadão de domingo, segundo as quais há deputados da Assembleia Legislativa do Paraná investigados sobre o chamado "rachid", o rachar de proventos de funcionários com suas excelências.

Nesta quarta-feira, Ricardo Noblat, no mesmo Estadão, voltou ao assunto, citando a promotora.

### POUCO RESOLVE

Para Daniela, nem sempre o recorrer à justiça, pedindo a quebra de sigilo bancário dos investigados resolve. O assunto é complicado:



Promotora Daniela Thomé: só fala na próxima semana

- É muito difícil provar (o "Rachid", a divisão do dinheiro). Às vezes nem isso adianta.

### EM SÃO PAULO

A opinião semelhante foi dada pelo promotor Silvio Marques, colega de Danielle

da área do Patrimônio Público do MP de São Paulo: "Muitas vezes não conseguimos traçar o caminho do dinheiro".

### EM 16 ESTADOS

A reportagem do jornal revelou que assembleias legislativas de 16 estados são alvo de investigações desse tipo de peculato ("rachid") pelo MP.

E mais: a metade dos deputados estaduais do país responde por esse tipo de suspeita de irregularidade ou outras.

A promotora Daniela, de férias, promete fazer declarações na semana próxima. Até lá, na onda do suposto "rachid" do agora senador Flávio Bolsonaro, o assunto é visto como bomba relógio também na ALEP.

Pode estourar a qualquer momento.

24 JAN 2019

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARCO ASSEF

## *Casamento coletivo no aniversário de Curitiba*

O Sistema Fecomércio, Sesc - Senac e o Tribunal de Justiça, através do Programa Justiça no Bairro, com apoio da Prefeitura de Curitiba, realizam no dia 29 de março, data do aniversário de Curitiba, mais uma edição do casamento coletivo. A cerimônia está marcada para as 12 horas, na Rua da Cidadania do Carmo. Os casais interessados em participar do Casamento Civil Coletivo deverão se inscrever nas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Curitiba, no período de 28 de janeiro a 25 de fevereiro de 2019. Para inscrição é necessário apresentar o original da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou casamento com averbação do divórcio (atualizada de 90 dias), comprovante de renda (contracheque ou carteira de trabalho – até três salários mínimos por casal) e comprovante de endereço.

# TJ vê indícios de fraude no caso da falência da Transbrasil

## Tribunal aponta desvio de recursos para evitar pagamento a credores; ex-presidente nega irregularidades

Rogério Gentile

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo considera haver indícios de que valores significativos da Transbrasil foram desviados por ocasião da falência da companhia aérea, em 2002.

A fraude teria ocorrido com o objetivo de esconder o patrimônio e evitar que ativos fossem utilizados para o pagamento dos credores. À época, a dívida era estimada em R\$ 900 milhões — R\$ 2,4 bilhões em valores de hoje.

Os recursos teriam sido desviados por meio de doleiros e empresas offshore para o exterior e escoados para integrantes do grupo Cipriani. A época da falência, o presidente da empresa era Antônio Celso Cipriani.

Em razão da suspeita do que chamou de “práticas nebulosas”, o tribunal decidiu bloquear o patrimônio de empresas do grupo Cipriani, do próprio Antônio Celso Cipriani e de alguns familiares.

Segundo a decisão, entre 1997 e 2002, foram desviados, por exemplo, US\$ 51 milhões para uma subsidiária da Transbrasil localizada nos EUA sem que tivesse sido esclarecido o motivo.

De acordo com o relator do processo no TJ, o desembargador José Carlos Costa Neto, o bloqueio era necessário para garantir o resultado útil do processo, ou seja, o pagamento das dívidas da falida aos credores, entre os quais trabalhadores da empresa.

O desembargador destacou que a empresa falida não apresentou seus livros contábeis, que teriam sido extraviados. Tais documentos deveriam conter a destinação dos valores e bens da Transbrasil. Para o desembargador, o extravio “alimenta as alegações no sentido de omitir a destinação das vultuosas verbas”.

Para o desembargador Edson Luiz de Queiroz, que também participou da decisão, “a criteriosa investigação indica desvio de valores significativos pertencentes à empresa”. Segundo ele, “não foram apresentadas justificativas plausíveis para as transferências”.

A investigação foi feita pela massa falida da Transbrasil, gerida por um administrador nomeado pela Justiça.

Além do repasse para a subsidiária americana, a apuração feita pela massa

falida identificou a existência de 559 operações financeiras suspeitas: depósitos em espécie num valor de US\$ 2,9 milhões e saques de US\$ 5,7 milhões. “O desvio dos ativos da falida se dava por meio de pagamentos para pessoas jurídicas de fachada”, disse a massa falida.

Na defesa apresentada à Justiça, Cipriani afirmou que as operações foram absolutamente normais e cotidianas.

Declarou também que as acusações feitas pela massa falida da Transbrasil no processo “são insinuações genéricas, desacompanhadas de qualquer documentação”.

Destacou também que, em 2016, na primeira instância, a juíza Inah de Lemos e Silva Machado, da 19ª Vara Cível Central, não havia concedido o bloqueio por considerar que “não havia como presumir a ocorrência de fraude”.

O bloqueio foi decidido pelo TJ em caráter liminar. O grupo Cipriani ainda poderá apresentar contestação. A Folha não conseguiu localizar seus advogados.

A falência da Transbrasil foi decretada em julho de 2011, a pedido da General Electric Capital Corporation, que afirmava não ter recebido o pagamento de uma dívida de US\$ 2,6 milhões, referente a aluguéis de aviões e turbinas.

Cipriani assumiu a presidência da Transbrasil em 1988. Ex- investigador do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), órgão de repressão da ditadura militar, entrou para a companhia em 1979 para atuar no departamento de auditoria.

O convite foi feito pelo fundador da Transbrasil, Omar Fontana, que o conhecera por indicação do então delegado Romeu Tuma, que chefiava o órgão. Depois, galgou todos os degraus até a presidência.

24 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

MARCUS VINÍCIUS FURTADO GOELHO

Ex-presidente nacional da OAB (2013-2016) e atual presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da instituição

### Despertar para o direito

#### Ida de Flávio Bolsonaro ao STF devia ser algo normal

O movimento de escárnio com relação aos direitos e garantias estabelecidos pela Constituição foi acompanhado, nos últimos dias, pela forma pejorativa com que parte da classe política e da opinião pública tratou a decisão do senador eleito Flávio Bolsonaro de buscar a efetivação daquilo que ele entende ser seu direito junto ao Supremo Tribunal Federal. Assim, ele lançou mão de uma reclamação contra atos que ele e sua defesa acreditam ser praticados ilegalmente pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

O acesso à Justiça é um direito constitucional do cidadão. Isso deveria ser algo normal e alheio ao debate partidário. As diversas correntes ideológicas, da esquerda e da direita, insistem, no entanto, em instrumentalizar o acesso à Justiça para a política. Vimos, nos últimos anos, grupos militantes se revezarem no deboche em relação aos adversários.

Trata-se de uma atitude prejudicial ao país, sobretudo nesta fase de ajustes institucionais e de superação de crises. O direito não existe

para amigos ou inimigos, simpatizantes ou adversários. Ele deve, simplesmente, ser assegurado a todos.

É preciso que os atores políticos rompam, urgentemente, com o entendimento de que “o direito para os meus é legítimo, mas para os adversários é privilégio”. Esse é um dos principais desafios da democracia neste momento que marca o período democrático mais longo da história nacional e que pede por proteção e reforço nas estruturas da República e do Estado de Direito.

Uma das tarefas permanentes mais importantes para atingir essa finalidade é lembrar e aplicar a ideia, sintetizada na figura de olhos vedados que representa a Justiça, de que a aplicação da lei, de suas sanções e garantias deve ser imparcial, independentemente de (“sem ver”) quem está sendo processado e julgado.

As garantias constitucionais asseguram a efetivação dos direitos. Um exemplo, muito relacionado ao caso em questão, está no inciso 34 do artigo 5º da Constituição, que esclarece que é assegurado a todos o direi-

to de peticionar aos Poderes públicos “em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”. Claro que a existência da ilegalidade apontada pelo reclamante deverá ser avaliada como procedente ou não pelo Judiciário.

Já os remédios constitucionais, como é o caso da reclamação apresentada pelo senador, existem para proteger direitos e funcionar como filtros contra eventuais erros do sistema judicial. Se este é o caso em questão, só será possível saber quando a Justiça terminar de apreciá-lo. Mas nenhuma instância está imune ao engano, como mostram casos recentes.

No fim de 2018, por exemplo, vimos no próprio STF o resultado histórico de recursos de defesa que conseguiram inocentar, com base na análise científica de materiais genéticos, um homem erroneamente condenado por estupro no Rio Grande do Sul e que chegou a passar dez anos preso.

Os fatos da política nacional e os atos praticados pelas autoridades têm ampla repercussão no dia a dia da população, servindo como parâmetro para atuação de todos os agentes públicos. É preciso, portanto, que os atores políticos abandonem a análise maniqueísta das leis e do sistema judicial e passem a disseminar o respeito às instituições e aos instrumentos da democracia.

Esse tipo de visão confronta os preceitos do Estado de Direito, no qual devem vigorar o império da lei, a limitação do poder estatal e a prevalência das garantias fundamentais do ser humano, independentemente de quem seja o beneficiado.

24 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Novo patamar

**Revelação de fatos que sugerem ligação de Flávio Bolsonaro com suspeito de chefiar milícia agrava uma crise que já não se pode dissociar do governo**

Se já era desconfortável a situação do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), ela ficou ainda pior com a revelação de que seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro mantinha como funcionárias a mãe e a mulher de um ex-policial militar suspeito de comandar uma milícia na zona oeste carioca.

A descoberta põe a crise em outro patamar porque não se trata mais de desconfiar que Flávio, como deputado estadual, integrasse um esquema banal de desvio de recursos públicos. Não que fosse um peccadilho perdoável, mas pelo menos o escândalo reproduziria práticas há muito conhecidas na política.

Nada tem de banal, porém, a ligação de um legislador brasileiro com um sujeito apontado como chefe de uma das quadrilhas mais perigosas do Rio, acusada de sequestrar, torturar e assassinar pessoas, além de explorar mercado imobiliário clandestino e extorquir moradores de comunidades carentes.

Tampouco é prática conhecida, e muito menos aceitável, a proximidade do próprio presidente da República com gente que parece pertencer a uma organização criminosa armada. Pois, por mais que o governo federal tente atribuir apenas ao filho de Jair Bolsonaro (PSL) qualquer responsabilidade nesse caso, há indícios de sobra a apontar na direção do pai.

Se por mais não fosse, Fabrício Queiroz, pivô dessa teia deplorável, é amigo de longa data não de Flávio, mas do atual presidente.

Entre as movimentações milionárias em sua conta que chamaram a atenção do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) está um cheque de R\$ 24 mil repassado à primeira-dama,

Michelle Bolsonaro. O presidente se encarregou de afirmar que o montante chegava a R\$ 40 mil e que o dinheiro se destinava a ele.

O mesmo Queiroz, cuja lista de atividades indecorosas não para de crescer, estaria por trás da contratação da mãe e da mulher do ex-PM suspeito de ser miliciano — e isso de acordo com Flávio. A crer na declaração, o senador eleito confessou ter delegado a seu motorista o poder de decidir como usar recursos do contribuinte fluminense.

Não é preciso ser muito cético, no entanto, para conjecturar que ele tenha se disposto a assumir o que soa como culpa menor para tentar esconder algo mais grave: um envolvimento profundo com indivíduos da pior espécie. A esta altura, em nada ajudam a família Bolsonaro os inúmeros discursos feitos em defesa de milícias.

No caso de Flávio, há ao menos outro episódio em que seu nome se misturou com o de gente dessa laia. No ano passado, a polícia desbaratou uma quadrilha especializada em extorsões. Entre os presos estavam dois ex-PMs que teriam atuado como segurança em eventos do então candidato a senador.

Diante do acúmulo de fatos incompatíveis com o discurso moralizador do presidente, seria de esperar que ele aproveitasse Davos para apresentar a sua versão.

Em vez disso, cancelou a entrevista coletiva que daria, e o fez sob justificativas distintas — a última foi a troca da bolsa de colostomia, a primeira foi a “abordagem antiprofissional da imprensa”.

Antiprofissional é, numa democracia, o presidente imaginar que uma situação dessa gravidade possa ficar sem explicações convincentes.

Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, autora de "Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico"

## Gabinete do crime

'Laissez-faire' do governo é o vale-tudo, o deixa rolar, o me engana que eu gosto

Celso Rocha de Barros encerrou sua coluna nesta Folha na segunda-feira (21) com a triste constatação de que "a Lava Jato, até agora, não levou ao poder os honestos. Levou ao poder os malandros que eram insignificantes demais para serem pegos primeiro".

A Operação Os Intocáveis, deflagrada no dia seguinte, pode entristecer ainda mais o colunista: o Ministério Público do Rio de Janeiro determinou a prisão de diversos integrantes da milícia que explora um ramo imobiliário ilegal em Rio das Pedras, na zona oeste da cidade, entre os quais o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira e o ex-policial Adriano Magalhães da Nóbrega, suspeitos de comandar o Escritório do Crime — o braço armado da organização.

Até então, os indícios de participação de Flávio Bolsonaro em contravenções se restringiam, de um lado, ao grande número de transações imobiliárias, que levaram ao acúmulo de um patrimônio aparentemente incompatível com seus rendimentos declarados, e, de outro, às movimentações financeiras do ex-PM assessor-motorista-homem de negócios Fabrício Queiroz, consideradas atípicas e sugestivas da prática apelidada de "rachadinha", com contratação de laranjas na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

Com a nova operação, Flávio desceu mais um degrau na proximidade com o crime organizado do Rio de Janeiro.

Contrário à homenagem prestada pela Alerj à vereadora assassinada Marielle Franco, dedicou menção honrosa a Ronald Pereira e Adriano da Nóbrega em 2003 e 2004 e concedeu também a Medalha Tiradentes a este último, em 2005.

Além disso, a mãe de Nóbrega, que assim como sua esposa era contratada até novembro de 2018 pelo gabinete de Flávio com salário de R\$ 6.490,35, consta como autora de um dos depósitos identificados no relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Curiosamente, Queiroz teria se escondido justamente na favela Rio das Pedras antes de sua internação no Hospital Albert Einstein, segundo Lauro Jardim, do Jornal O Globo.

Em coluna publicada em 18/2/2016, após tratar dos efeitos da Operação Lava Jato e da queda do preço do petróleo para a economia fluminense, destaquei que "a crise tem no Rio o seu epicentro, bem como alguns de seus cavaleiros do Apocalipse, como Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro".

Na conclusão do texto, citei uma frase publicada em 2000 pelo economista Carlos Lessa na introdução de seu livro "O Rio de Todos os Brasis", que trata da centralidade do Rio de Janeiro no processo de formação do Estado brasileiro e da identidade nacional, com ênfase na longa história da economia do ilícito na cidade: "O Rio é o Brasil, é o futuro do Brasil está comprometido".

Epicentro da crise econômica e fiscal, dos escândalos de corrupção e da associação enganosa entre esses dois problemas,

o Rio foi um dos principais responsáveis pela grande transferência de votos do PT em 2014 para Jair Bolsonaro em 2018.

Ao que parece, contribuiu para exportar para o centro do poder em Brasília alguns novos representantes das redes cariocas de relações econômicas e de poder permeadas pelo ilícito: a milícia e os grupos de extermínio.

E, assim, vai ficando cada vez mais claro que o tipo de "laissez-faire" adotado pelo atual governo não é exatamente aquele que promoveram os fisiocratas franceses do século 18. É o vale-tudo, o deixa rolar, o me engana que eu gosto.



24 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Milícia pagava por informações, diz denúncia

## Segundo Promotoria, policiais e funcionários públicos repassavam informações sigilosas a grupo da zona oeste do Rio

Júlia Barbon

**RIO DE JANEIRO** Suspeitos de serem integrantes da milícia que comanda comunidades da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro pagavam a policiais e funcionários públicos para obter informações sobre operações e obter alvarás, segundo o Ministério Público.

A denúncia traz ao menos quatro conversas dos suspeitos, gravadas em escutas telefônicas, que indicam relação com servidores públicos, embora os nomes dos agentes não sejam ditos. Entre os órgãos citados estão a prefeitura do Rio, o Inea (Instituto Estadual do Ambiente) e a Polícia Militar, incluindo o Cepam (Comando de Polícia Ambiental da PM).

Em uma operação na terça-feira (22), a Promotoria prendeu cinco acusados de chefiar ou fazer parte dessa organização criminosa, que atua na região das comunidades Rio das Pedras e Muzema e pode estar ligada à morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Oito continuam foragidos.

“O cara chamou aqui e falou que o Beto Bomba falou aqui que amanhã vai ter operação. Pediu pra tirar a escada aqui, pediu pra ninguém trabalhar aqui na obra”, diz um dos acusados em uma das conversas.

Ele se refere a Jorge Alberto Moreth, presidente da associação de moradores de Rio das Pedras, que, segundo a Promotoria, tem informações privilegiadas de operações policiais realizadas na região.

Foragido, ele é apontado como integrante do grupo ao menos desde 2008 pela CPI das Milícias.

A intenção dos alertas é evitar complicações nos negócios imobiliários ilegais exercidos pelo bando, que costuma invadir terrenos, construir casas (principalmente à noite) e vendê-las ou alugá-las.

As vezes eles abrigam moradores antes da conclusão das obras, para dificultar intervenções do poder público, segundo a promotora Simone Sibilio, coordenadora do Gaeco, grupo do Ministério Público de combate ao crime organizado responsável pela operação.

Dos 13 acusados na denúncia, porém, só dois são imputados no crime de corrupção ativa: Manoel de Brito Batista, o “Cabelo”, preso e apontado como espécie de gerente armado do bando, e o foragido Fábio Campelo Lima, que seria um dos contadores, responsável pela abertura de firmas em nome de “laranjas”.

Escutas mostram que ambos combinaram o pagamento de R\$ 3.000 a um funcionário da prefeitura em outubro de 2018, em troca de regularização e liberação para o funcionamento de uma empresa de material de construção vinculada à organização.

“Só é pra parar [a obra] quando eu falar. Sou eu que dou o negócio pro homem e vocês sabem mais do que eu, que levo o negócio pro homem? Eu sei quando vem, pô”, diz Batista em outra conversa gravada, também em outubro.

Outras gravações também mostram ameaças dos milicianos contra moradores de Rio das Pedras que não respeitam ordens do grupo ou não pagam o aluguel de imóveis e taxas cobradas ilegalmente.

Além da exploração ilegal de imóveis, do pagamento de propina a agentes públicos e da extorsão de moradores, os suspeitos são acusados de atividades como receptação de carga roubada, posse e porte ilegal de arma, agiotagem, ligações clandestinas de água e energia e uso da força para intimidação.

24 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

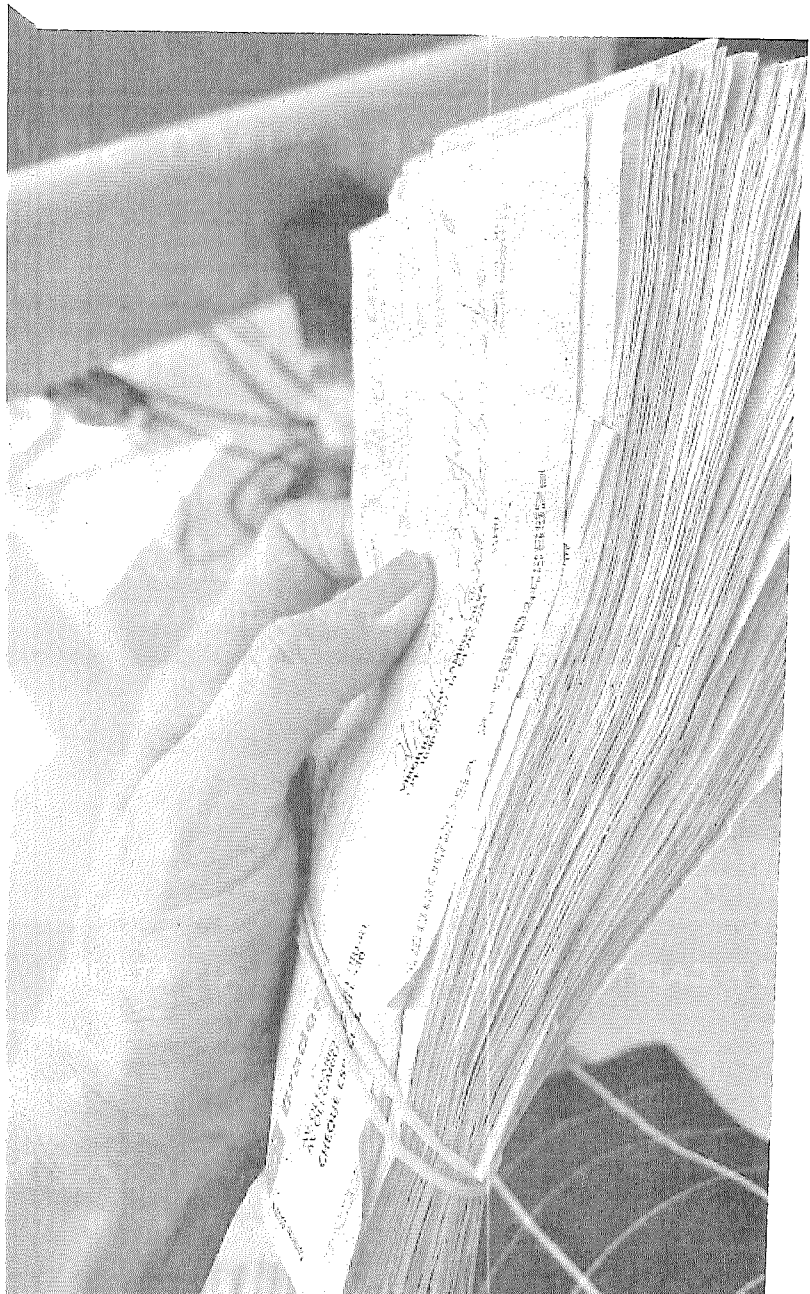
### Operação acha cheques com ex-PM ligado a Queiroz

SÃO PAULO A operação de terça (22) do Ministério Público do Rio contra suspeitos de chefiar uma milícia na zona oeste da cidade encontrou uma grande quantidade de cheques, notas promissórias, carros e documentação de imóveis em endereços ligados ao ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega.

Ele, que está foragido, e outros dois policiais são apontados pelas investigações como os líderes de um esquema na favela de Rio das Pedras que vendia ilegalmente imóveis grilados. Nóbrega é o elo entre o caso e a apuração sobre as atividades do gabinete do filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, Flávio, na Assembleia Legislativa fluminense.

Quando Nóbrega já era alvo da polícia, o gabinete empregou sua mulher e sua mãe. Flávio negou envolvimento com o caso e diz que a indicação foi do ex-assessor Fabrício Queiroz, que já está sob investigação por movimentações atípicas de dinheiro. Queiroz confirmou que quis ajudar a família do suposto miliciano.

Entre a pilha de cheques, há diversos valores fracionados apontados, como R\$ 14.197,90, datado de 2014 por um depósito de construção. O material ainda passará por perícia.



Cheques apreendidos no Rio em endereços relacionados a ex-PM

24 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**NENHUM REAL A MENOS** A Associação Nacional dos Procuradores da República começou a consultar a categoria para obter apoio e exigir compensações à restrição do auxílio-moradia, que antes era pago a todos, indistintamente.

**NENHUM REAL A MENOS 2** Os procuradores querem que o Ministério Público Federal pague o reajuste salarial de 16% —incorporado aos vencimentos neste ano— retroativo aos meses de novembro e dezembro, e ainda às férias e ao 13º. A categoria também reivindica aumento em gratificações para que os ganhos se equiparem aos de magistrados.

**APOSTOS** Na consulta, a ANPR indaga se está autorizada a declarar a classe em estado de mobilização pela “grave e intolerável” situação remuneratória dos procuradores, falta de simetria com juízes e pelo “silêncio” da Procuradoria-Geral da República “às demandas institucionais”.

**MENOS É MAIS** Integrantes do TRF-4 destacaram uma qualidade de Luiz Antonio Bonat, que deverá substituir Sergio Moro na 13ª Vara Federal em Curitiba: a reserva no trabalho. Apostam que ele atuará com discrição e muito cuidado na análise de provas.

### MÔNICA BERGAMO

**TEIA** Presos que estão na custódia da Polícia Federal de Curitiba têm encontrado aranhas da espécie marrom nas celas. O ex-presidente da OAS Léo Pinheiro chegou a pedir para um de seus advogados levar uma planta que serviria como repelente. Um dos animais foi encontrado no parlatório.

**TELA** O criminalista Augusto de Arruda Botelho vai lançar uma série de TV de ficção. “São dois jovens advogados criminalistas abrindo o primeiro escritório”, diz ele. Os roteiros de oito episódios já estão prontos. A série se chamará “Passos Perdidos”. O canal que a exibirá ainda não foi definido.

24 JAN 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Recomeçam as audiências do caso Renata Muggiati

As audiências de instrução do processo que investiga a morte da fisiculturista Renata Muggiati recomeçam ontem, em Curitiba. Oito testemunhas de acusação serão ouvidas a partir das 13h30. O médico Raphael Suss Marques é acusado de matar Renata, em setembro de 2015. Ele era o namorado dela na época do crime.

Os chefes do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal (IML), Carlos Alberto Peixoto Baptista e Hemerson Bertassoni Alves, estão entre as testemunhas.

Depois que as testemunhas de acusação forem ouvidas, prestam depoimento as de defesa. Então, será a vez de Marques ser interrogado. Em seguida, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, responsável pelo caso de feminicídio, decide se o médico vai ou não a júri popular. ●

24 JAN 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Casamento coletivo está com as inscrições abertas

Mais uma edição do casamento coletivo será realizada em Curitiba. A ação é promovida pelo programa Justiça no Bairro Sesc Cidadão do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR e Tribunal de Justiça do Paraná. Esta edição conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Curitiba e Cartórios de Registro Civil.

A cerimônia civil contará com benção ecumênica aos casais no dia 29 de março de 2019, às 12h, na Rua da Cidadania do Carmo. O evento também celebra o aniversário da capital paranaense. Os casais interessados em participar do Casamento Civil Coletivo deverão se inscrever nas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Curitiba, no período de 28 de janeiro a 25 de fevereiro de 2019.

Para inscrição é necessário apresentar o original da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou casamento com averbação do divórcio (atualizada de 90 dias), comprovante de renda (contracheque ou carteira de trabalho – até três salários mínimos por casal) e comprovante de endereço. ■

24 JAN 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## MPF quer arquivar investigação de queda de avião que matou Teori

Procuradoria afasta hipótese de homicídio em acidente aéreo que deixou entre as vítimas o ministro do Supremo

Roberta Jansen / RIO

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal concluíram que a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, há dois anos, foi um acidente e não um homicídio. Por isso, o MPF pediu ontem o arquivamento das investigações. A hipótese de assassinato foi levantada pela família da vítima, mas agora foi descartada. Zavascki, que era relator dos processos da Operação Lava Jato, morreu em 19 de janeiro de 2017 na queda de uma aeronave em Paraty, na Costa Verde fluminense.

Responsável pelas investigações sobre o acidente, o procurador Igor Miranda concluiu que “as provas forenses, os depoimentos prestados e a análise do voo da aeronave no dia 19 de janeiro de 2017 afastam qualquer indício de crime de homicídio, seja doloso ou mesmo culposo”. Por isso, o MPF pediu o arquivamento das investigações. Outras quatro pessoas também morreram na queda do avião.

O primeiro a levantar dúvidas sobre o acidente foi o filho do ministro, o advogado Francisco Zavascki. “Não tenho como não pensar que não mandaram matar o meu pai”, escreveu após o acidente em uma rede social.

“O material para análise pericial foi vasto; a aeronave não se destruiu, conseguimos recuperar a caixa preta, e ainda dados como velocidade, altitude, transcurso de voo”, afirmou Miranda. “Além disso, foram ouvidas 40 pessoas, não só as testemunhas do acidente, mas também outras, da intimidade do ministro,

### ‘Provas’

“As provas forenses, os depoimentos prestados e a análise do voo da aeronave no dia 19 de janeiro de 2017 afastam qualquer indício de crime de homicídio.”

Igor Miranda

PROCURADOR

servidores, funcionários. Como o acidente envolvia um ministro do supremo, queríamos excluir completamente a hipótese de um crime intencional.”

Até mesmo exames toxicológicos foram feitos no piloto para descartar qualquer tipo de interferência externa que pudessem levar a um acidente. A hipótese de sabotagem da aeronave também foi afastada. Segundo o procurador, o que aconteceu foi mesmo um acidente.

“Ele (o piloto) fez a aproximação com a altitude muito reduzida. Por duas vezes ele tentou pousar e arremeteu”, disse o procurador. “Chegou a desligar o aparelho de alerta sonoro de altitude. Na terceira tentativa de pouso, quando foi, mais uma vez, arremeter, a asa direita tocou no mar e a aeronave capotou.”

Com base em todos os elementos apuratórios reunidos, concluiu o MP, especialmente laudos forenses, “concluiu-se que as causas do acidente decorreram de imperfeições de condução do voo por parte do piloto, o qual, desprovido de qualquer intenção de causar o sinistro, violou, não obstante, deveres objetivos de cuidado.”

### Tribunal mantém ação contra Delúbio

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4) negou ontem, por unanimidade, habeas corpus impetrado pela defesa de Delúbio Soares de Castro, ex-tesoureiro do PT, que requeria que fosse reconhecida a incompetência da 13.ª Vara Federal de Curitiba para julgar ação criminal que apura empréstimo do Banco Schahin para o PT. Pedia ainda que os autos fossem enviados para a Justiça Federal de Santo André (SP). O HC foi indeferido liminarmente na última semana e o mérito foi julgado ontem pela 8.ª Turma.

24 JAN 2019

# BEMPARANÁ

## TCE diz estar 'de olho' em sistema de dados do governo

Novo presidente afirma que órgão pode responsabilizar ex-secretário por falhas

Da Redação

Novo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR), o conselheiro Nestor Baptista afirmou ontem que o órgão está acompanhando de perto os problemas no Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado (Siafi), que segundo o governo Ratinho Júnior, impedem que a nova gestão tenha uma ideia precisa sobre a situação financeira da administração estadual. Baptista não chegou a citar diretamente nomes, mas sinalizou que o ex-secretário da Fazenda do governo Beto Richa, Mauro Ricardo Costa, pode ser responsabilizado pelas falhas no sistema.

No último dia 10, o novo secretário da Fazenda, René Garcia Junior, anunciou a criação de uma força-tarefa, para auditar as contas do Estado, alegando não ter como dizer quanto recebeu de saldo em caixa, nem quanto herdou de "restos a pagar" da administração da ex-governadora Cida Borghetti (PP) em razão de problemas no Siaf. Na última terça-feira, o governador Ratinho Jr anunciou a contratação de uma auditoria externa na folha de pagamento dos



Valquíir Aureliano

Nestor Baptista: alertas do TCE vêm desde 2014

servidores da ativa, aposentados e pensionistas de todos os poderes do Estado, pelo mesmo motivo.

**Alertas** - Baptista, que tomou posse do comando do TCE ontem pela terceira vez, diz que o tribunal já vem alertando para esses problemas desde 2014. Segundo ele, o órgão comunicou na época a Secretaria da Fazenda. E reiteirou os alertas em 2015, na análise da prestação de contas do Estado.

"No final de 2016, o (então) secretário da Fazenda (Mauro Ricardo Costa) contratou duas empresas para regularizar o Siaf. Lamentavelmente a Celepar disse que não tinha condições de ajudar, para melhorar, dar transparência ao Siaf, o que eu achei uma barbaridade. As empresas deixa-

ram o atendimento da secretaria alegando que não estavam recebendo", explicou Baptista.

Ainda de acordo com o presidente do TCE, no final de 2016, costa contratou duas empresas para regularizar o Siaf. Segundo Baptista, na época a Celepar disse que não tinha condições de ajudar a dar transparência ao sistema. "O que eu achei uma barbaridade", criticou. Logo depois, afirma o conselheiro, as empresas deixaram de atender a secretaria alegando falta de pagamento.

"A responsabilidade, eu diria, não é do governador passado, mas a Secretaria da Fazenda não agiu bem, não deu transparência ao seu trabalho", avalia Baptista. "Nós estamos acompanhando ano a ano, mês

a mês. Eu fiscalizei até dezembro a secretaria. Tem uma série de comunicações lá que podem virar irregularidade e causar problemas para aqueles que não deram transparência necessária, não mostraram o que estava acontecendo dentro da Secretaria da Fazenda", aponta ele.

**Prioridades** - Além de Baptista, que já presidiu o TCE por duas vezes, entre 1994-1995 e 2007-2008, também foram empossados ontem os conselheiros Fabio Camargo como vice-presidente, e Ivens Linhares como corregedor-geral do tribunal. O novo presidente afirma que entre as prioridades de sua terceira gestão à frente do órgão será a Escola de Gestão Pública, criada em 2008.

Outra prioridade, diz Baptista, será a fiscalização sobre licitações. "Vamos acompanhar com equipes de auditoria e inspeções as licitações no Paraná inteiro de compra de remédios, coleta de lixo, transporte coletivo e um olho muito grande para acompanhar ONGs e Oscips, ou seja, o terceiro setor, que nós temos encontrado muitos problemas nas prefeituras", afirmou.

24 JAN 2019

# BEMPARANÁ

## **MP arquiva investigação sobre Zavascki**

O Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis (RJ) anunciou ontem o arquivamento da investigação sobre a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, num acidente aéreo em janeiro de 2017, em Paraty, no litoral sul fluminense. Além dele, outras quatro pessoas morreram no acidente. Os procuradores afastaram a hipótese de homicídio.

A aeronave decolou do Aeródromo Campo de Marte, na zona norte de São Paulo, com destino ao Aeródromo de Paraty. Durante a aproximação para pouso, a aeronave caiu na água, na Baía de Paraty. O avião ficou completamente destruído e todos os ocupantes morreram.

Segundo os laudos periciais, a aeronave apresentava perfeito funcionamento. Na análise do quadro meteorológico no dia combinado com a opção do piloto pelo pouso com baixa visibilidade (em razão do teto) apresentou conduta de elevado risco e possibilidade de acidente.

## **Sérgio Moro propõe ampliar confisco de bens**

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, vai defender no Congresso mudanças na legislação para permitir o confisco de bens comprados com recursos ilícitos ou derivados de crime, mesmo que não haja comprovação de que tenham sido obtidos ilegalmente. No pacote que pretende encaminhar em fevereiro aos parlamentares, Moro vai incluir o chamado confisco alargado, que autoriza o poder público a retirar da propriedade de condenados por crimes como corrupção, tráfico de drogas e associação criminosa tudo aquilo cuja origem eles não conseguem comprovar como lícita.

As mudanças visam a fortalecer o combate à corrupção e ao crime organizado. Moro apresentou ao presidente as proposições que pretende incluir no plano, mas elas ainda não estão totalmente fechadas.

Outra medida, que deve seguir depois para o Congresso, é a que prevê o confisco de bens na esfera cível.